

# humanitas



**Vol. XXIX-XXX**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA

MCMLXXVII-MCMLXXVIII

## A PNIX ARISTOFÂNICA

Foi animados de altos ideais que os Atenienses criaram para a sua cidade o regime democrático na sua forma mais pura e directa, então sem rival em toda a Grécia. Dele se orgulhavam justamente os cidadãos de Palas, como dão testemunho as palavras que Tucídides põe na boca de Péricles ao fazer o elogio da constituição política de Atenas (Th. II. 36-42). Como princípio fundamental desse sistema de governo, por definição, estabelece-se que a política é da competência de todo o *demos* e não apenas de um só homem ou facção. E assim diz Péricles (Th. II 40.2): ‘Os mesmos indivíduos cuidam das questões familiares e das políticas, e a outros, aos que se dedicam aos seus officios, não falta um conhecimento suficiente dos assuntos públicos. Somos os únicos que entendemos que quem não compartilha de nenhuma destas preocupações não é indiferente, mas sim inútil, e por nós julgamos as questões públicas, ou, pelo menos, estudamo-las convenientemente; não por pensarmos que as palavras prejudicam a acção, mas sim que é mais nocivo não ensinar primeiro pela discussão, antes de chegar o tempo de actuar’. (1) Foi, de facto, com Péricles que a democracia ateniense viveu o período do seu apogeu, atingindo então o cariz quase definitivo, que a evolução posterior pouco viria a alterar. Porém este sistema de governo, que parecia ter dado os melhores frutos sob a orientação daquele prestigioso político, perdeu, com o seu desaparecimento, a eficácia anterior, sobretudo no tempo da guerra. Os seus sucessores, colocados perante uma época de crise e não possuindo igual perspicácia, levaram as instituições democráticas a uma falsificação no seu funcionamento e valor real. Um coro de vozes autorizadas se levantou para apontar as pechas do regime, que progressivamente foram surgindo na execução dos princípios estabelecidos. O mesmo Tucídides que fizera o elogio da constituição

---

(1) Tradução de M. H. da Rocha Pereira, *Hélade*, Coimbra, 1971, pp. 296-297.

de Atenas, põe na boca de Alcibíades as seguintes palavras (Th. VI. 89.6): 'Os homens sensatos sabem bem o que vale a democracia... Nada de novo a dizer sobre uma extravagância bem conhecida de todos.'

É nesta mesma linha de crítica e reflexão sobre o evoluir da gestão de Atenas, que se podem enquadrar as comédias de Aristófanes, que, embora criadas com intenção lúdica, nos apresentam com certo sabor real a democracia ateniense nessa fase de degenerescência pós-pericliana. Diz EHRENBURG (2): 'O privilégio da comédia era ver e troçar das fraquezas da democracia tida como um ídolo'. Sendo política na verdadeira acepção, a comédia antiga tinha uma palavra a dizer relativamente à nova fase do dia a dia ateniense. A virulência da crítica fez-se sentir sobretudo no ataque aos demagogos, mas o seu alcance é mais vasto.

O órgão por excelência da democracia ateniense, em que se exprimia essencialmente a soberania popular, era a assembleia do povo, a *ἐκκλησία*, na qual tomavam parte todos os cidadãos atenienses na maioria e no gozo pleno dos seus direitos políticos. Este é o cenário escolhido por Aristófanes para duas das suas comédias, a abertura de *Os Acarnenses* e *A assembleia das mulheres*. Com base nestas duas comédias, torna-se possível descortinar o que eram essas reuniões na Pnix, na óptica aristofânica, com traços reforçados, capazes de arrancarem o riso do anfiteatro. Parece-me prudente adjectivar este trabalho sobre as assembleias da Pnix com o qualificativo de aristofânico, para salvaguardar os exageros motivados pela intenção lúdica do autor. Porém, talvez neste ponto, a deformação caricatural não oculte muito sensivelmente a realidade. Tanto quanto possível, limitar-me-ei a considerar a informação fornecida pela comédia, reduzindo assim um tema, cujo âmbito seria por demais extenso (3).

(2) V. EHRENBURG, *The People of Aristophanes*, Oxford, 1951, p. 339.

(3) No entanto, o leitor interessado dispõe de vasta bibliografia que poderá suprir esta limitação. De entre os numerosos estudos sobre o assunto, cito alguns autores, cujos manuais foram preciosos para a elaboração deste estudo: G. GLOTZ, *La Cité Grecque*, Paris, reimpr. 1968; C. HIGNETT, *A History of the Athenian Constitution to the End of the Fifth Century*, Oxford, 1952; CL. MOSSÉ, *Les Institutions grecques*, Paris, «U<sup>2</sup>», 1967; J. de ROMILLY, *Problèmes de la démocratie grecque*, Paris, 1975. Poderão ainda ser úteis antologias de textos de autores vários sobre o assunto. Para além do livro de CL. MOSSÉ já citado, acrescentaremos: C. RODEWALD, *Democracy: Ideas and Realities*, Toronto, 1974; H. M. L. CURRIE, *The Individual and the State*, Toronto, 1973.

Democraticamente, portanto, a gestão da cidade devia caber a uma assembleia que integrasse a totalidade dos cidadãos maiores de Atenas. Na realidade, porém, a comédia dá informação de que progressivamente, durante a guerra do Peloponeso, foi surgindo um desinteresse e abstenção da parte da maioria pelos assuntos políticos. EHRENBERG dá expressão a esta realidade ao afirmar que 'o cidadão vulgar não era nem por instinto nem por desejo próprio o 'animal político' que a frase de Aristóteles tornou famoso, ideal que geralmente se supõe ser o verdadeiro padrão do cidadão grego.' (4) A crise económica e social causada pela guerra e, finalmente, pela derrota de Atenas, esteve na base desse desvio de interesses que afectou os Atenienses. Quer na cidade, quer no campo, o povo preocupa-se mais com a busca do seu pão quotidiano do que com o destino político da democracia. Depois, a multiplicação progressiva do número de assembleias implicaria o afastamento do cidadão da gerência dos seus assuntos particulares, o que, na prática, representaria um sério prejuízo económico. Diceópolis (*Ach.* 17 sqq.) faz-se porta-voz do desgosto com que o democrata convicto vê esse progressivo afastamento das questões da gerência da cidade:

*E, apesar de tudo, desde que tomo banho,  
nem com a lexívia os olhos me arderam nunca tanto  
como agora, quando, num dia de assembleia normal,  
de manhãzinha, venho aqui encontrar a Pnix vazia,  
enquanto eles palram na ágora, e depois, por aqui e por ali,  
lá vão escapando à corda vermelha.*

Em vez da participação na assembleia, tinha-se tornado mais desejada para o grego comum a demora na ágora, centro da vida cidadina na sua efervescência de negócios e novidades. Para combater esta negligência que punha em perigo o próprio regime, havia funcionários que varriam a praça com uma corda encharcada em vermelhão, para assim expor ao desprezo público os ausentes na ἐκκλησία, enquanto outros guardas barravam as ruas de acesso à ágora, na hora do início da assembleia. A corroborar estas afirmações, Praxágora que, tal como Diceópolis, é também a primeira a chegar à Pnix (*Ecc.* 20),

---

(4) *Ibidem*, p. 318.

estranha a total ausência das suas companheiras, a uma hora em que a abertura da assembleia não tarda.

Para além destes meios drásticos, mas ineficazes, o estado tentou solucionar o problema, instituindo, nos primeiros anos do séc. IV a.C., o *μισθὸς ἐκκλησιαστικός*, como compensação para o dispêndio de tempo dedicado aos assuntos políticos e conseqüente prejuízo económico. Assim a democracia procurava salvaguardar um pouco esse *demos*, que dia a dia sentia pesar cada vez mais sobre os ombros o fardo da miséria. Este 'salário eclesiástico' não vigorava ainda em 425 a.C., data da apresentação de *Os Acarnenses*, pois que Aristófanes não teria deixado, nesse caso, de lhe fazer alusão, como as faz abundantes em *A assembleia das mulheres*. Segundo HIGNETT (5), o pagamento pela presença na assembleia não deve ter existido antes de 395 a.C., a calcular pela situação financeira periclitante de Atenas. Estas remunerações pela participação nos assuntos públicos, que constituíam uma novidade controversa no sistema democrático, não podiam escapar ao espírito crítico do comediógrafo. Senão, ouçamos:

*E sois vós, homens do povo, os culpados de tudo isto.*

*É que, recebeis, em salários, os bens do estado,*

*cada um preocupado apenas com o lucro que vai ter.*

(Ecc. 205-207)

Aristófanes assinala o desgaste que para o erário público representa esse *μισθός*; no entanto, julgo que as suas últimas palavras são exageradas, pois a quantia distribuída não seria propriamente uma 'pequena fortuna', como o autor parece querer sugerir. O traço caricatural está presente nesta afirmação.

Foi eficaz o resultado obtido com estas medidas. A este propósito é tentador incluir uma passagem sugestiva do diálogo entre Bléfiro e Cremes:

BLÉFIRO — *Mas donde vens tu afinal?*

CREMES — *Da assembleia.*

BLÉFIRO — *E então, já acabou?*

---

(5) C. HIGNETT, *A History of the Athenian Constitution to the End of the Fifth Century*, Oxford, 1952, p. 397.

CREMES — *Já, por Zeus, logo de manhãzinha.*  
*E o vermelhão — ó Zeus, meu caro Zeus! —*  
*que risota não foi por causa dele! Era um espalhá-lo*  
*[à volta do recinto!*

BLÉFIRO — *E o trióbolo, recebeste-o, claro!*

CREMES — *Quem me dera!*  
*Mas cheguei atrasado...*

(Ecc. 376-381)

Não é difícil de acreditar que o *μισθός ἐκκλησιαστικός* trouxe à Pnix uma maioria de pobres e indigentes, embora esse salário não bastasse para a subsistência de quem dele beneficiava. Graças a ele, no entanto, a assembleia pôde começar com pontualidade, pois quem chegasse atrasado já não o recebia, e, além disso, era afastado do recinto pela corda encharcada em vermelhão, anteriormente citada, cujas funções haviam sido alteradas; com ela se lançava a mancha do opróbrio não já sobre os descuidados no cumprimento das suas funções políticas, mas se assinalavam os pouco pontuais... na procura do seu salário (cf. Ecc. 280 sqq., 289 sqq.). Com o correr do tempo houve mesmo uma actualização nesse *μισθός*, cuja insignificância não era já capaz de despertar o interesse da maioria.

*Vejam os como tivemos de afastar daqui essa gente da cidade,*  
*todos esses que outrora, quando quem vinha não recebia mais de*  
*[um óbolo,*  
*se deixavam ficar à conversa no mercado das coróas.*  
*Agora são tantos que até estorvam. Não era nada disto no tempo*  
*[em que Mirónides, um homem de linha, era arconte.*  
*Ninguém teria tido a audácia de querer gerir os assuntos da cidade*  
*[a troco de dinheiro.*

*Cada um que vinha trazia num odrezito*  
*alguma coisa para beber, um bocado de pão seco, duas cebolas*  
*e três azeitoninhas! Agora é um trióbolo*  
*que procuram receber quando se ocupam dos assuntos públicos,*  
*como perfeitos serventes.*

(Ecc. 299 sqq.)

O zelo do passado, por si só suficiente para chamar o cidadão à assembleia, à custa de todos os sacrifícios, com o único objectivo

de cumprir um dever, cedeu lugar ao ócio na ágora, que só um trióbolo seria já capaz de combater.

Todos estes testemunhos colhidos em Aristófanés deixam ver as dificuldades em motivar os cidadãos atenienses para a assembleia. E, se o problema era complicado em relação ao homem da cidade, que, em princípio, estaria mais sensibilizado para essas questões, muito mais o era ainda quando se tratava do provinciano. Em tempo de paz, o camponês, todo entregue à tranquilidade do seu meio e aos afazeres do seu quotidiano, não se sentia atraído, a não ser em circunstâncias muito especiais, para questões de política, que além do mais lhe valeriam uma viagem difícil e custosa. Não pode deixar de considerar-se igualmente o factor psicológico de que o teatro aristofânico dá também testemunho, que se traduz na timidez do campesino em usar da palavra em presença de uma assembleia, por cujos participantes não deixaria de sentir uma certa desconfiança. Consideremos estas breves e elucidativas palavras de Diceópolis, aguardando, na solidão da Pnix, o início da sessão:

*Volto os olhos para as bandas do meu campo, desejoso como estou  
[da paz;  
Tenho horror pela cidade, choro pela minha aldeia...  
(Ach. 32-33)*

Só motivos fortes, como a defesa da paz, por exemplo, a saudosa paz que o lavrador recorda perante os seus campos devastados, seriam capazes de arrancar os aldeões ao sossego da sua casa. É esse o objectivo que traz Diceópolis à assembleia, decidido a combater a sua habitual timidez de campesino e a fazer frente aos oradores, a interrompê-los e a atacá-los, se necessário. Do mesmo modo, em *A assembleia das mulheres*, são as da cidade a comparecer primeiro e, só mais tarde, as do campo se lhes vêm juntar.

Com o desenvolvimento do regime democrático, houve necessidade de multiplicar o número de assembleias, que era inicialmente mais restricto. Normalmente havia quarenta por ano, podendo esse número ser excepcionalmente aumentado em circunstâncias justificativas. Eram vastos os poderes da *ἐκκλησία*, abrangendo questões que ultrapassavam a pura rotina; a declaração da guerra ou da paz, o estabelecimento de alianças, a elaboração de leis, a eleição de magistrados e a administração pública de um modo geral, podiam contar-se

entre as suas atribuições. Para cada assembleia havia uma ordem do dia pré-estabelecida, o que não impedia que, por desejo dos presentes, outros assuntos considerados de absoluta urgência não pudessem ter prioridade. Vejamos Diceópolis que comparece a uma assembleia, em que ele sabe que não está incluído o assunto que o trouxe, 'a paz e os meios de a conseguir' (*Ach.* 26-27). Mas para o nosso aldeão, porta-voz do autor, a paz é um ponto de absoluta prioridade e assim o vemos disposto a interferir para que esse tema seja abordado.

Ao romper do dia marcado, a voz dos arautos chamava à assembleia os cidadãos. Parodisticamente Praxágora, que se dirige à Pnix ainda o dia não romperá, dá ordem à sua tocha para que, com a chama, dê o sinal combinado (*Ecc.* I sqq.). Por rampa íngreme se tinha acesso a uma plataforma em hemicírculo, onde tinha lugar a *ἐκκλησία*. Era de uma tribuna talhada na rocha, onde tinha assento a mesa da assembleia, que os oradores se dirigiam aos circunstantes. A presidência da sessão cabia aos prítanes, também membros do Conselho, e superiormente a Zeus Agoreus, representado num altar, instalado na tribuna (cf. *Ach.* 43-44). Toda a sessão decorria sob o patrocínio do deus, bastando um sinal seu para a suspender:

*Oponho-me a que se continue com esta discussão  
sobre o salário a dar aos Trácios. Tenho a declarar-vos que  
um sinal celeste acaba de se manifestar: já me caiu uma gota de chuva.*  
(*Ach.* 169-171)

Parece que não havia, em relação aos prítanes, a noção de superioridade ou deferência, nem mesmo pela função que ocupavam. Diceópolis manifesta o seu desprezo por esses funcionários, eleitos de entre os cidadãos vulgares, e que pareciam querer dar-se ares de superioridade em relação ao comum dos mortais. Acusa-os de falta de zelo no cumprimento das suas obrigações, aponta a sua falta de pontualidade na comparencia na assembleia e o comportamento incompatível com a dignidade da sua função. Essas acusações traçam um quadro vivo e gracioso do movimento da Pnix em dia de assembleia.

*Nem os prítanes chegaram ainda! Até eles  
vão chegar atrasados! E depois, já se sabe, vá de se disputarem  
uns aos outros o primeiro lugar  
aos magotes, numa correria.*

(*Ach.* 23-26)

*Mas aí estão eles, os prítanes! Já é meio-dia!  
 Eu não vos tinha avisado? Aqui está, nem mais nem menos, o que  
 [eu dizia!  
 É quem mais se disputa os lugares da frente!*

(Ach. 40-42)

Era ao prítane encarregado da presidência da sessão que competia dirigir a ordem dos trabalhos, coadjuvado por um secretário, um arauto e guardas, a quem cabia assegurar a ordem no funcionamento da assembleia. Feito o sacrifício de abertura, era com a pergunta do arauto *τίς ἀγορεύειν βούλεται* (Ach. 45, Ecc. 130), que se dava início à discussão da ordem do dia. De um modo geral, o princípio democrático estabelecia que todos tinham igual direito de exprimirem livremente as suas opiniões perante a assembleia. No entanto, o que se verificava era que poucos ousavam dispor dessa faculdade; normalmente a maioria limitava-se a ouvir, traduzindo apenas num murmurar discreto o seu ponto de vista.

*Bem gostava que um desses do costume  
 expusesse a melhor solução, para eu poder ficar calmamente sentada.*  
 (Ecc. 151-152)

Aristófanes apresenta-nos até um membro da assembleia das mulheres que se faz acompanhar do seu trabalho de malha, para aproveitar o tempo enquanto ouve os oradores (Ecc. 88 sqq.). Habitualmente a maioria do povo não manifestava a sua opinião, deixando-se guiar por aqueles que pediam a palavra, muito principalmente no caso dos aldeões. Em geral, só um número muito restricto de oradores, reconhecidos como capazes, se levantava para falar, numa altura em que cada vez mais a arte oratória era factor imprescindível para uma carreira na vida pública. A pouco e pouco, a democracia foi abrindo caminho à demagogia, à tentativa do prestígio pessoal através da adulação das massas. E assim a palavra que originariamente nada mais significava do que 'a condução do povo' tomou o timbre depreciativo que lhe é peculiar.

Péricles, o representante da democracia no seu apogeu, tinha sabido assentar o seu êxito político no respeito pelos interesses do povo, sem no entanto deixar de procurar o apoio da camada culta e economicamente favorecida da sua época. A guerra veio modificar radi-

calmente as estruturas sociais dos dias de Péricles. A nobreza de raça, mas sobretudo a cultura e a competência deixaram de ser factores de promoção social. Em vez dessa antiga classe que assentava o seu prestígio numa tradição de família ou num sólido nível intelectual, surgiu uma outra com base nas oficinas e pequenas indústrias. Ao falar de Cléon, com a sua oficina de curtumes, de Cleofonte, fabricante de instrumentos musicais, ou de Hipérbolo, fabricante de tochas, MOSSÉ (6) utiliza a expressão 'burguesia industrial' para definir a nova classe que estes nomes representam. Estes homens, que profissionalmente se limitam a superintender nos seus negócios, tornam-se verdadeiros políticos; servindo-se dos seus dotes oratórios, tentam dominar as massas populares e conquistar os votos da assembleia. Cada um deles agrupa atrás de si uma facção que incontestavelmente o apoia. É nas mãos destes recém-aparecidos que os Atenenses depositam agora os seus destinos. Contra esses verdadeiros profissionais da vida política Aristófanes dirige invectivas violentas, interpretando decerto o pensamento dos velhos aristocratas e conservadores, que encaravam com cepticismo esta nova classe, tão distante já do ideal do *καλὸς κἀγαθός*. Nomeadamente em *Os Cavaleiros*, o comediógrafo encarna-se num duro ataque contra uma dessas figuras novas na cena política, Cléon, 'a última aquisição', como é apodado logo no início da comédia (v. 2). Para combater Cléon, com a sua falsidade e ambição, será necessário alguém que o exceda 'nessas qualidades'! Com um diálogo divertido, Aristófanes define as características que deve reunir esse novo demagogo, encarnado na pessoa de um salsicheiro, que o imporão como chefe da sua classe:

PRIMEIRO ESCRAVO — *Precisamente! É daí mesmo que vem a tua*  
*[grandeza,*
*por seres um safado, um vigarista, um atrevido.*

SALSICHEIRO — *Não me acho digno de tal grandeza.*

P. E. — *O que te leva a dizeres que não te achas digno? Há qualquer coisa na tua pessoa que cheira a honestidade. Será que és filho de gente honesta, de boas famílias?*

---

(6) CL. MOSSÉ, *Les Institutions Grecques*, Paris, 1967, p. 40.

- SALSICHEIRO — *Não, pelos deuses!*  
*De patifes, mais nada!*
- P. E. — *Homem feliz! Que sorte a tua!*  
*Tens todas as qualidades para o mundo dos negócios.*
- SALSICHEIRO — *Mas, meu caro amigo, quanto a sabedoria, fico-me pelas*  
*primeiras letras, e mesmo essas mal e porcamente.*
- P. E. — *É esse o teu único defeito, que as conheças, por mal*  
*e porcamente que seja. A demagogia não é trabalho*  
*para um tipo de saber, nem de boas qualidades. Isso*  
*é coisa para ignorantes e patifes.*

(Eq. 180-193)

A cidade de Atenas, personificada em *Demos*, deposita a sua confiança em quem melhor conseguir cativá-la pela astúcia e adulação, independentemente do seu real mérito. Assim a peça apresenta-nos *Demos*, na sua fragilidade, hesitante entre dois demagogos rivais que lutam por conquistá-lo. Ambos declaram que o amam, que o estremeceem. Recordam benefícios de que são credores, aumentam a dívida com novas ofertas. Este é o quadro quotidiano em Atenas. A vitória pertence aos 'ignorantes e patifes', àqueles que, com adulações, lindas palavras, falsas reverências, promessas sem fim (cf. Eq. 48-49) conseguem adormentar o bom senso colectivo. A vítima é presa fácil, que ouve com docilidade, sem raciocinar friamente, cativada pelos seus adutores. É a estes ouvidos alienados do razoável que o poeta tem o dever de alertar e defender. Atento a essa missão didáctica, Aristófanes tem palavras tão significativas como estas, que cito a título de exemplo:

*Contudo tenho bons motivos de receio. O sentir*  
*dos nossos aldeões conheço eu bem. Sei o prazer que têm*  
*ao ouvirem gabar-se a si próprios e à cidade*  
*por um parlapatão qualquer, com razão ou sem ela.*  
*Esses elogios impedem-nos de ver que estão a ser levados.*

(Ach. 370 sqq.)

*Dantes os embaixadores das cidades, quando vos queriam enganar,*  
*começavam por vos chamar 'povo coroado de violetas'. E mal tais*  
*[palavras eram ditas,*  
*lá com a história das coroas, vocês ficavam logo de rabo alçado.*

*Quem quer que fosse que, para vos espicaçar a vaidade, chamasse  
 [‘brilhante’ a Atenas,  
 conseguia tudo que quisesse com esse ‘brilhante’, por vos dar um  
 [epíteto próprio de sardinhas.  
 (Ach. 636-640)*

No entanto, *Os Cavaleiros* não são de modo algum uma peça anti-democrática, porquanto, no final, *Demos* surge rejuvenescido, capaz de lançar um olhar crítico sobre a sua anterior ingenuidade: ‘coro dos meus erros do passado’ (*Eq.* 1355).

A responsabilidade das moções apresentadas na assembleia cabia, pois, aos oradores, cuja actividade era tida como perigosa, dada a facilidade com que dirigiam a opinião pública. A retórica, divulgada pelos sofistas, tinha um papel primordial na preparação de uma carreira política. Eloquência e subtileza de espírito eram qualidades que podiam impor um orador à consideração da assembleia (cf. *Ecc.* 245 sqq.), de modo que, quem não dispunha de tais predicados se inibia de se pronunciar. Aristófanes informa-nos ainda de que nem sempre a liberdade de expressão era respeitada. Se um assunto repudiava a uma parte da assembleia, era pura e simplesmente excluído da discussão. Lembremos, como exemplo, Diceópolis que se insurge ao ver Anfíteo, que pretendia defender a causa da paz, ser levado para fora do recinto como elemento perturbador da ordem dos trabalhos.

Tentemos colher agora algumas informações sobre a forma como decorria a assembleia. O cidadão que se candidatava a falar dirigia-se a uma tribuna em face do povo (*Ecc.* 169), cingia uma coroa de mirto (*Ecc.* 131, 148) e, apoiado numa bengala (*Ecc.* 149 sq.), dava início ao seu discurso. Com frequência a discussão era interrompida por manifestações de aplauso ou repulsa por parte dos presentes (cf. *Ach.* 37 sqq.), muitas vezes manipulados por esta ou aquela facção. Entre os oradores consagrados e admirados pela opinião pública havia uma espécie de competição, donde, no final da assembleia, saía um vencedor na pessoa daquele que tivesse conseguido impor-se pelo vigor da sua eloquência.

*Este homem saiu vencedor com o seu discurso, pois soube  
 levar o povo a mudar de opinião no respeitante às tréguas.  
 (Ach. 626-627)*

Ocasões havia em que os ânimos se exaltavam (*Ecc.* 248 sqq.), podendo chegar-se à violência física. Era esse o momento de intervir os guardas, expulsando os desordeiros, de modo a restabelecerem a ordem no recinto.

PRIMEIRA MULHER — *E se eles te derem uma sacudidela?*

PRAXÁGORA — *Quem os abana sou eu,  
que em sacudidelas não me desajeito nada!*

PRIMEIRA MULHER — *Mas há uma coisa que é preciso não esquecer:  
[se os guardas  
te levam lá para fora, o que há-de fazer?  
(*Ecc.* 256-259)*

Terminada a discussão procedia-se à votação pelo processo do braço levantado, *χειροτονία* (*Ecc.* 264, 266-267), ou, em casos especiais, por escrutínio secreto, *ψηφοι*. Assim, a assembleia, muitas vezes inconsciente das verdadeiras consequências das propostas votadas, se comprometia em decisões que repudiava pouco tempo depois. É certo que os seus poderes estavam algum tanto limitados, como fica patente pela fórmula introdutória dos decretos, *ἔδοξε τῇ βουλῇ καὶ τῷ δήμῳ*; antes de votados pela assembleia, os decretos haviam sido já sujeitos a uma decisão preliminar do Conselho (*προβούλευμα*). Tinha-se reconhecido que a reunião de uma assembleia não era o momento ideal para instigar a discussão inicial de assuntos, que podiam vir a ter profundas consequências. No entanto, à *ἐκκλησία* cabia a determinação final. Era este o processo que conduzia à elaboração de decretos, que, com força de lei, haviam de reger a Atenas democrática. Sobre a qualidade desses decretos, Aristófanes manifesta grandes dúvidas através de um dos membros da sua assembleia feminina:

*Todos os seus decretos,  
quando se pensa em tudo que eles estabelecem,  
no seu desvairamento, parecem obra de bêbados.*

(*Ecc.* 137-139)

De facto, casos houve em que a própria assembleia reconheceu como excessivas e desvairadas as suas decisões. Cabia então aos prítanes convocar nova sessão, em que o mesmo assunto seria submetido a uma segunda discussão e votado de novo. Tucídides dá-nos

notícia de algumas ocorrências deste género (7). Tal precipitação nas suas decisões e revogação das mesmas levou Aristófanes, em *Os Acarnenses*, a apelidar os seus concidadãos de *ταχυβόλους* (v. 630) e de *μεταβούλους* (v. 632), ‘rápidos em tomarem decisões’ e ‘rápidos em alterarem as decisões’. Esta mesma comédia faz uma referência particular a um desses decretos, que Aristófanes considerou responsável pela eclosão da guerra com Esparta e que mais tarde havia de ser de novo motivo de discussão na assembleia, dada a gravidade das consequências que acarretou. Na opinião de muitos prevalecia a ideia de que talvez o decreto não valesse vários anos de guerra para Atenas, pois que o inimigo punha como condição, para o estabelecimento de tréguas, a sua revogação. Com o decorrer das hostilidades e dos vários revezes que a cidade foi sofrendo, essa ideia ganhou raízes. Torna-se aceitável que Aristófanes esteja a representar a opinião da maioria ao acusar o ‘decreto de Mégara’ de ser a causa da guerra. Estabelecia este famoso decreto que a cidade de Mégara perdesse o direito de utilizar, para o seu comércio, todos os mercados e portos de Atenas e do seu império. É a Péricles que o comediógrafo atribui a responsabilidade de tais disposições, ele que, com palavras inflamadas, levou a assembleia à sua aprovação.

*Irritado com o facto, Péricles o Olímpico,  
lançou o raio, fez ouvir o trovão, pôs a Grécia em polvorosa  
e estabeleceu leis redigidas à maneira de cantilenas:  
Que nem em terra, nem praça,  
nem no mar ou continente, permaneça o Megarense.*

(*Ach.* 530-534)

Deste modo Aristófanes transforma o texto do decreto numa espécie de *σκόλιον*, paródia de Timocreonte, relativo à exclusão dos Megáricos. Embora redigido de modo absurdo, o *σκόλιον* mantém-se, no entanto, fiel ao espírito da lei. A execução desta disposição abria campo à actividade dos sicofantas, que denunciavam a presença no mercado dos produtos de Mégara, originando a consequente confiscação desses bens e o respectivo procedimento legal contra o transgressor (*Ach.* 515 sqq.). Com este decreto, Atenas procurava arruinar Mégara e fortalecer o seu poder político e estratégico. O Megárico

(7) E. g., Th. III. 36.

que nos aparece em *Os Acarnenses* é o símbolo do estado de ruína desesperada a que chegou a sua cidade. Vítimas da fome e do saque permanente dos invasores, resta aos Megáricos aguardarem, impotentes, o seu aniquilamento total. Diceópolis, porém, afirma claramente que também os Atenenses foram atingidos por essas disposições: para além de sofrerem igualmente no aspecto económico, perderam a paz, para cuja manutenção os Espartanos exigiam a revogação do decreto.

Para completarmos o estudo do funcionamento da assembleia do povo segundo o testemunho de Aristófanes, consideraremos ainda os temas abordados nas duas sessões elaboradas pelo poeta, e incluídas nas duas comédias já mencionadas, *Os Acarnenses* e *A assembleia das mulheres*.

A primeira cena de *Os Acarnenses*, para além da paródia que faz de uma *ἐκκλησία*, conduz-nos a um tema insistentemente repetido na obra aristofânica, a necessidade de negociar uma paz imediata. O seu herói, um velho aldeão, o primeiro a chegar à Pnix logo de manhã, tem como preocupação única a concretização de tréguas (vv. 37-39). Não nos restam dúvidas de que a posição assumida por Diceópolis, cujo nome é aliás significativamente escolhido, coincide com a do próprio Autor, manifestada do mesmo modo noutras comédias. É o velho aldeão o defensor da solução pan-helenista que o comediógrafo propõe para a crise que a cidade atravessa. Inútil e desastrosa será uma guerra que porá frente a frente o mesmo povo, arrastando para o combate toda a Hélade. Porque não depositar a paz numa aliança entre Atenas e Esparta, que poderia garantir a hegemonia das duas cidades sobre toda a Grécia? Essa ideia surge em *Os Acarnenses*, com uma auréola de inspiração divina, como proposta de Anfíteo:

*Sou imortal. Foi a mim e a mais ninguém que os deuses encarregaram de fazer tréguas com os Lacedemónios.*

*Mas, ainda que imortal, não tenho provisões para a viagem.*

*Foram os prítanes que mas não quiseram dar.*

(vv. 51-54)

Esta solução não tinha apoio por parte da maioria, como Aristófanes quis simbolizar pela reacção da Assembleia. Anfíteo, depois de lhe terem sido recusadas as ajudas de custo para a viagem, é levado pelos guardas para fora do recinto, como elemento perturbador e

indesejável. A única voz que se levanta para o defender é a de Diceópolis, que considera ultrajante que seja excluído da sessão alguém cujas intenções eram de paz, em benefício dos Atenenses (vv. 56-58). Toda esta cena traça a personalidade do herói como o único membro lúcido da assembleia, ele só capaz de distinguir os enganos em que o povo vai sendo enredado. Mais uma vez, o autor chama a atenção para a necessidade de frieza de raciocínio e de bom senso, numa época em que pareciam não abundar os espíritos esclarecidos.

Em vez das negociações com vista à paz, tema desde logo recusado para discussão, a ordem do dia reservada para essa assembleia dizia respeito a possíveis alianças internacionais, tendentes a fortalecer o poder ateniense para a continuação da guerra.

Em tempo de hostilidades, decerto havia larga actividade diplomática, quer para negociar a possibilidade de tréguas (cf. a proposta de Anfíteo atrás citada), quer para conseguir a cooperação de aliados. Sob a óptica do grego comum seu contemporâneo, Aristófanes dá-nos uma imagem risonha do que era a actividade diplomática em meados do séc. V, em Atenas.

Cabia à *ἐκκλησία* nomear e estabelecer a remuneração para os seus emissários extra-fronteiras, quando a necessidade o impusesse.

*Fomos por vós enviados à presença do Grande Rei,  
com um soldo de duas dracmas por dia,  
no arcontado de Eutímenes.*

(vv. 65-67)

Terminada a missão, os embaixadores deviam apresentar-se perante a assembleia para lhe prestarem contas sobre os resultados obtidos. Nas sessões que tinham por tema a diplomacia e a política estrangeira, a assembleia estava ainda mais à mercê dos demagogos, pois naturalmente a maioria dos cidadãos tinha um conhecimento muito limitado dos assuntos que se desenrolavam para além do seu ambiente mais próximo. Era pois um campo em que o poeta devia pôr de sobreaviso o seu público.

Ao embaixador era necessário um espírito fino e persuasivo que, no passado, se buscava normalmente entre os velhos aristocratas, munidos da autoridade que advém da experiência e dos conhecimentos. Daí que a primeira designação para os embaixadores tenha sido *πρόσβεις*, 'os velhos' (cf. vv. 61, 610). Esta tradição manteve-se

através dos tempos. Normalmente os embaixadores eram escolhidos entre as mais altas classes sociais, e tal missão tornou-se até, a crer nas palavras de Aristófanes, um argumento de que usufruíam exclusivamente os privilegiados para escaparem aos perigos do combate. A essas regalias não tinha acesso o homem do povo, mesmo que tivesse um passado de impecável honestidade a opor à falta de escrúpulos de um filho de família. Consideremos as palavras de Aristófanes a este respeito:

DICEÓPOLIS — *Por estar farto dessas e outras é que eu fiz tréguas, ao ver homens de cabelos brancos nas fileiras e jovens como tu a escaparem-se. Uns estão na Trácia com um soldo de três dracmas, uns Tisámenos, uns Fenipos, uns trafulhas de uns* [Hipárquides; *outros em Cares, outros entre os Cáones, uns Geres-Teodoros, uns parlapatões de uns Diomeus, outros na Camarina, outros em Gela, outros em 'É de* [rir com ela'.

LÂMACO — *Foram eleitos!*

DICEÓPOLIS — *Mas por que motivo*  
*hã-de vocês sempre, seja lá como for, receber esses soldos, que é coisa que nenhum destes recebe? Em boa verdade,* [ó Marílade,  
*tu com os teus cabelos brancos, já foste embaixador uma* [só vez que fosse?  
*Estás a ver? Ele diz que não com a cabeça. E no* [entanto é um homem sensato e trabalhador.  
*E vocês, Antracilo, Eufórides, Prinides?*  
*Já algum de vocês viu Ecbátana ou a Caónia?*  
*Não, dizem eles. Isso está bem para o filho de Césira* [e Lâmaco,  
*que, ainda não vai lá muito tempo, nem as contribuições* [nem as dívidas pagavam.  
*De maneira que os amigos todos lhe diziam 'desanda daqui!' como quem, à tardinha, despeja a água suja em que tomou* [banho.

(vv. 599 sqq.)

Tais funções deviam ser, a julgar por este texto, muito pretendidas, sobretudo pelo prestígio pessoal que conferiam, além do acesso ao conforto de cortes estrangeiras. Aristófanes salienta também como aliciante uma sólida remuneração. No entanto, ADCOCK-MOSLEY (8) consideram-na limitada, dado que a sua soma rondava o vencimento diário de um soldado ou de um artesão. Apesar disso, este é um dos pormenores que Aristófanes salienta com mais ironia. É de crer que para a opinião pública fossem algum tanto suspeitas essas figuras altaneiras e distantes, que representavam para a cidade um grande encargo económico, e cuja actuação de intermediários não tinha dado ainda resultados positivos.

A Aristófanes repugnava profundamente ver os Gregos envolverem-se numa guerra doméstica, que a passos largos os conduziria ao extermínio da sua civilização. Porém, ao horror da guerra, juntava-se o desagrado com que via ambas as partes procurarem a aliança da Pérsia, que ainda não há muito tempo constituía a mais grave ameaça a pairar sobre toda a Grécia. Interesses particulares sobrepunham-se a considerações políticas. E assim os Helenos esgotavam as suas forças em guerras intestinas, quebrando a resistência perante o inimigo comum.

Da actividade diplomática, que se intensificou no tempo da guerra, dá-nos a comédia um retrato caricatural. Não é necessário pensar que o comediógrafo tivesse em mente, para a sua paródia, qualquer embaixada em particular, mas um acontecimento que se repetia com frequência nos seus dias. No fundo, o autor explora a possibilidade de se conseguir um empréstimo em dinheiro do rei da Pérsia, hipótese seriamente encarada tanto pelo lado ateniense como pelo espartano; é também aludida uma aliança feita algum tempo antes com a Trácia. Em *Os Acarnenses* desfilam perante nós algumas dessas personagens, que são alvo das frechadas de Diceópolis. Com os seus botões, o velho vai tecendo os comentários que deviam estar na mente de muitos, talvez até na do próprio Aristófanes.

Com solenidade o arauto anuncia a entrada dos embaixadores enviados à corte persa (v. 61), e, com não menos pompa, avançam os

---

(8) FRANK ADCOCK and D. J. MOSLEY, *Diplomacy in ancient Greece*, London, 1975, p. 156.

requintados viajantes. O sangue do nosso aldeão ferve, a desconfiança é nele instintiva:

*Qual Rei, qual quê? Cá por mim vou aos arames com esses  
[embaixadores,  
mais as suas pavonadas e fanfarronices!*

(vv. 62-63)

Mais tarde é Teoro, o embaixador à corte da Trácia, que o arauto anuncia. Para ele o nosso Diceópolis encontra o qualificativo de *ἀλαζών*, 'gabarola' (v. 135), pondo em relação a ele as mesmas reticências.

A diplomacia realizava-se então através de contactos directos, pessoais, que implicavam longas viagens, onerosas para o erário público, dada a sua duração e o requinte de que se revestiam. É com extrema ironia que Aristófanes põe na boca de um dos seus embaixadores as seguintes palavras:

*Em boa verdade foi desgastante a nossa peregrinação  
pela planície do Caistro, abrigados em tendas,  
confortavelmente reclinados dentro de carros,  
mortos de fadiga.*

(vv. 68-71)

Para além do luxo de que se rodeavam os embaixadores, o estado assegurava-lhes um vencimento diário, que, segundo o comediógrafo, era mais um incentivo para o prolongamento da missão (cf. vv. 135-136). Diceópolis, o homem que sente na pele os rigores da guerra, não pode deixar de estabelecer um confronto entre aquilo que ouve e a sua própria viagem do campo até Atenas, a pé, rastejando rente à muralha (vv. 71 sqq.), com risco da própria vida.

A recepção dos representantes de um Estado numa corte estrangeira revestia-se também do máximo conforto, o que testemunha a posição social e politicamente relevante dessas personalidades. Era raro que um embaixador tivesse uma recepção fria, mesmo quando a sua missão diplomática estivesse destinada a falhar. Ainda então se observavam as habituais cortesias no seu acolhimento. Foi com o fausto esperado

de uma corte que para os Gregos representava o El Dorado do oriente, que os embaixadores de *Os Acarnenses* foram acolhidos na Pérsia.

*Depois da recepção, fomos forçados a beber,  
em taças de cristal e ouro,  
um vinho puro, doce como mel.*

(vv. 73-75)

Infelizmente todo este dispêndio parecia apenas vir contribuir para o afundamento mais rápido de Atenas. Em vez de uma tentativa para negociar a paz, os objectivos dos embaixadores voltavam-se para a causa da guerra e para as possibilidades de fortalecer a supremacia bélica da cidade. Crédulos, os Atenienses deixavam-se enredar pelas belas palavras e vãs promessas com que os falsos aliados respondiam ao seu apelo. O representante do Grande Rei, que Aristófanes põe perante nós, vem comunicar, na sua linguagem distante e ininteligível, que os Atenienses não poderão contar com o auxílio económico do seu povo. Mais falazes e ameaçadores são os resultados obtidos por Teoro junto do rei da Trácia.

*A verdade é que ele se mostrou profundamente amigo de Atenas  
e tão autêntico era o seu entusiasmo por vós,  
que até nas paredes escrevia: 'Bravos Atenienses!'  
O filho, a quem demos cidadania ateniense,  
estava desejoso de comer salsichas nas Apatúrias,  
e suplicava ao pai que socorresse a sua pátria.  
Este, de taça na mão, jurou que nos havia de socorrer  
com um tal exército, que os Atenienses haviam de dizer:  
'Que praga de gafanhotos aí vem!'*

(vv. 142 sqq.)

É com enganadoras palavras de admiração que os aliados de Atenas pretendem aliciá-la, aproveitando para explorarem as suas reservas financeiras, enquanto aguardam o momento de a porem a saque, depois de esgotadas as suas possibilidades de defesa. Esta ideia é-nos sugerida por Aristófanes com a vinda do exército dos Odomantos, disposto a arrasar os inimigos de Atenas, desde que esta lhe garanta uma soldada diária de duas dracmas (vv. 159-160). É este o auxílio prestado por Sitalques, o envio de um exército que, como

pequena demonstração das suas verdadeiras intenções, assalta desde logo o pobre cesto do nosso Diceópolis (vv. 165-166).

Concluídas as negociações, era habitual assinalar, com uma refeição oficial, o acontecimento. Atenas esbanja estas honrarias, convidando para o Pritaneu os seus falsos amigos (vv. 124 sqq.).

Perante o desvario colectivo, impotente para fazer ouvir as suas palavras sensatas, a Diceópolis sorri a ideia — de novo a fuga utópica a que o comediógrafo recorre com frequência — de fazer tréguas para si e para a sua família exclusivamente, uma paz em particular, que irá gozar para o sossego do campo. Esta é a atitude do herói. E o poeta, qual o seu papel patriótico face à cidade?

*Diz ele que vos há-de ensinar ainda muitas coisas boas, a felicidade*  
*[por exemplo,*  
*sem vos lisonjear, sem vos prometer grandes lucros, sem vos ludibriar*  
*[um pouco que seja,*  
*sem trifulhices nem catadupas de elogios. Mas que vos há-de*  
*[ensinar onde está o bem.*

(vv. 656-658)

E o bem, para o poeta, estava numa paz duradoira, que trouxesse de novo Atenas à grandeza do passado.

Muito diferente é o enquadramento histórico e os objectivos da *ἐκκλησία*, que encontramos em *A assembleia das mulheres*. O longo período de guerra que os Gregos vinham vivendo desde há vários anos chegara ao seu fim. Atenas estava esgotada, vergada ao estrangeiro, arruinada nas suas finanças, desinteressada da condução da sua política interna. O vigor com que Aristófanes defendera o cessar das hostilidades e tentara levantar o ânimo do seu povo não existia mais, sobre o cómico abatera-se o desalento geral. A paz tinha finalmente chegado, não com uma vitória, mas com uma derrota violenta, humilhante. É neste ambiente de quase letargia que Aristófanes, ainda desejoso de, apesar de tudo, comunicar o riso ao seu público, aparece com nova comédia, em moldes muito diferentes do passado. Utilizando um tema de pura imaginação, que já havia trabalhado em *Lisístrata* embora com outros intuitos, vemo-lo propor uma mudança radical na direcção de Atenas; que o governo da cidade seja confiado às mulheres. Não resta qualquer dúvida de que o poeta não acreditava

nesta proposta para resolver os problemas de Atenas. Ela é apenas um modo divertido de chamar a atenção para a necessidade de uma mudança radical no sistema governativo (9).

Não era fácil, mesmo num mundo de utopia, fazer aprovar tal proposta na assembleia, se não se pudesse contar com a habilidade e astúcia femininas, tantas vezes trazidas ao palco da comédia. Aristófanes confere às interessadas o papel de, numa conspiração prévia, elaborarem um programa de condução da assembleia, de modo a verem aceite o seu projecto. É muito simbólico este plano sob o ponto de vista que directamente interessa a este estudo, já que levanta o problema dos estratagemas possíveis para levar as massas a votarem uma determinada proposta, ainda que sem a real adesão da maioria. À paródia política une-se o velho tema do anti-feminismo, já que é o engenho feminino o responsável por uma fraude eleitoral neste momento. O plano traçado pelas mulheres inclui dois subterfúgios. O primeiro consiste em afastar todos aqueles que possam levantar objecções à proposta, recurso que devia ser banal na assembleia ateniense. As mulheres saem de casa ainda de noite, vestidas com as roupas dos maridos, para os impedirem de sair até que as suas companheiras o permitam. O segundo estratagema, um pouco mais subtil, traduz-se no aspecto falso com que certos oradores e respectivas facções se apresentavam ao povo, tentando cativar a sua confiança. Esta aparência mentirosa é na comédia sugerida pelo próprio disfarce com que as mulheres se fazem passar por homens, para poderem ser aceites na assembleia. A facção feminina faz uma pequena reunião antes do romper do dia, para assentar nos pormenores respeitantes à sua actuação na verdadeira *ἐκκλησία*. São estudadas as atitudes a tomar para tornar crível o disfarce, lima-se a linguagem, indicam-se as oradoras, escolhe-se a proponente do projecto revolucionário. Pode dizer-se, em suma, que a assembleia é previamente ensaiada. Praxágora, a proponente, pronuncia o seu discurso, atacando a anterior actuação dos homens, que, não sabendo distinguir os cidadãos válidos dos inúteis, abertos à influência nefasta dos demagogos, foram os responsáveis pela actual ruína. Preocupados com os seus interesses parti-

---

(9) Para a relação das teorias comunistas defendidas por Praxágora com a República de Platão, vide M. H. da Rocha Pereira, na Introd. a *Platão, República*, Lisboa,<sup>2</sup> 1976, pp. XVI-XVIII.

culares, numa crise em que era difícil sobreviver, deixaram-se aliciar por aqueles que favoreciam as suas ambições, sem consciência de que o bem colectivo perigava. Assim se foi esgotando o erário público. É esta a triste realidade que a oradora descobre aos seus ouvintes. Depois a proposta de salvação da cidade, a única ainda possível: entregá-la a nova administração. De imediato Praxágora passa à fundamentação da proposta, salientando as qualidades das mulheres para o desempenho dessas funções. Se, mantendo os hábitos do passado, as mulheres sempre deram boa conta do governo doméstico, porque não confiar-lhes a orientação da cidade? Com um coração de mãe, a perícia de uma dona de casa e um espírito astucioso, as mulheres saberão evitar a guerra, arranjar dinheiro e víveres, trazer a prosperidade ao estado como a trazem a suas casas. Não lhes faltam portanto os predicados para merecerem a confiança geral. O discurso é hábil, a oradora eloquente — ou não tivesse ela vivido na Pnix, familiarizando-se com a habilidade dos oradores! (vv. 243-244) — aguerrida, capaz de combater o adversário pela força, se os argumentos se mostrarem insuficientes (cf. vv. 256-257). O grupo das mulheres centra-se à volta de Praxágora, que escolhe para sua defensora na assembleia. Assentes os detalhes, todas se dirigem ao recinto, para que qualquer atraso as não prive do *μισθός* a que tinham direito.

O resultado final deste projecto é-nos transmitido indirectamente através de um diálogo entre dois homens, um dos quais esteve presente na assembleia. Por ele, sabemos que o plano que vimos forjar teve o sucesso esperado. Numa sessão excepcionalmente concorrida, em que a corda vermelha teve de actuar para afastar os retardatários, quando o recinto já regorgitava de assistentes, o grupo das mulheres passou despercebido sob o seu disfarce. Após algumas intervenções, 'um jovem de tez pálida' avançou a proposta previamente estudada. A assembleia dividiu-se; enquanto uns aplaudiam, outros murmuravam. Com voz firme, 'o orador' enumerou as virtudes das mulheres e os defeitos dos homens. A votação decidiu favoravelmente. O grupo disfarçado estava em maioria, uma vez que grande parte dos homens estava ausente. Sem saberem bem como, os homens viram aprovada uma solução que lhes parecia pouco aceitável.

Aristófanes serve-se desta assembleia utópica para mais uma vez censurar os seus concidadãos e a incapacidade que têm manifestado para governar: 'por enquanto andamos por aí sem rei nem roque.' (v. 109). A proposta do governo das mulheres, que são apodadas

de bêbadas, tagarelas, viciosas, não passa de um meio jocoso de transmitir aos Atenienses uma lição de sensatez e maturidade.

Evidenciando sempre o seu espírito arguto e chocarreiro, Aristófanes lega-nos uma imagem bastante completa do que era a assembleia do povo nos seus dias. Para julgarmos do exagero caricatural das suas palavras dispomos de outros testemunhos, que, reflectindo com seriedade sobre os mesmos fenómenos políticos, no fundo não se afastam, nas linhas fundamentais, do esboço traçado pelo comediógrafo. Assim sentimos que mais uma vez a comédia nos mergulha num momento histórico concreto, em que a ainda imatura democracia ateniense luta pela sua própria definição, num mundo controverso, em que os interesses e ambições de cada um parecem sobrepor-se à inteligência e à razão.

Uma vez ainda se torna pertinente uma reflexão sobre a posição do poeta nesta nova contingência política. Como encarar esta personalidade? Como o conservador que encontra nos tempos antigos a prosperidade e os modelos a imitar pela nova geração? Pelo contrário, como o inovador que acredita num *Demos* rejuvenescido e senhor de si? Talvez acima de tudo o espírito aberto e atento, que observa ontem como hoje a sociedade que o cerca, procurando definir o caminho para atingir o ideal de felicidade e prosperidade que todo o homem deseja para si e para a sua pátria.

MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA E SILVA